



As bases científicas da Geopolítica Clássica e suas críticas¹ *The Scientific Foundations of Classic Geopolitics and its critics*

Rodrigo Pedrosa Lyra

Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (IRI-USP) e pelo King's College London (KCL), Reino Unido, em programa de dupla-titulação. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, faz pós-doutorado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). E-mail: roplyra@gmail.com

Matheus de Jesus Sol Posto

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade São Judas Tadeu (USJT) onde desenvolveu sua pesquisa em Geopolítica Clássica. E-mail: matheusd.jesus14@gmail.com

107

¹ Recebido para Publicação 02/11/2024. Aprovado para Publicação em 15/02/2025.

DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.15084726>





Resumo

Este artigo tem como objetivo traçar a tentativa da Geopolítica Clássica de se firmar como ciência a partir do modelo positivista e das teses darwinistas do século XIX e XX, até a sua expansão ontoepistemológica na segunda metade do século XX e a emergência de escolas de caráter Pós-positivista. Para isso, o presente trabalho revisitou a literatura moderna e clássica para explorar a forma que os primeiros estudos geopolíticos se utilizaram do seu *status* de ciência para produzir discursos sobre política internacional autointeressados, contribuindo para o melhor entendimento das bases ontoepistêmicas dos estudos clássicos.

Palavras-chave: Geopolítica Clássica, Geopolítica Alemã, Geografia Política, Positivismo, Darwinismo Social.

108

Abstract

The primary goal of this article is to explore the efforts to establish Geopolitics as a scientific discipline through the adoption of positivist models and social Darwinist theories during the 19th and 20th centuries. It then discusses its ontological and epistemological expansion in the mid-20th century and the rise of post-positivist schools of thought within Geopolitics. To achieve this, the article examines both modern and classic literature, illustrating how early geopolitical studies utilized their scientific status to craft biased narratives in international politics and thus contributing to the comprehension of early Geopolitics ontoepistemological standards.

Keywords: Classic Geopolitics, German Geopolitics, Political Geography, Positivism, Social Darwinism.





Introdução

A Geopolítica é uma “ciência” que surgiu no início do século XX, com o objetivo de estudar o Estado enquanto organismo geográfico (VESENTINI, 2005), a partir de uma análise científica das suas características, potencialidades e necessidades territoriais. Para sustentar a sua existência enquanto área autônoma de conhecimento, os primeiros geopolíticos formularam a disciplina a partir dos pressupostos do Positivismo Comtiano, que, entre seus pontos principais, pregava pela neutralidade do saber científico enquanto representação fiel da realidade e das suas relações de causalidade. Porém, com o advento de correntes Pós-positivistas nas Ciências Sociais, o caráter dominante das premissas do Positivismo passou a ser contestado, com modelos ontoepistemológicos marginais e fora de sua influência.

Este trabalho, que se situa no meio desse debate universal das ciências, tem como objetivo refutar qualquer caráter de ciência “pura” da Geopolítica e seus autores clássicos, mostrando que as representações da política internacional expressa nos escritos geopolíticos foram fruto de modelos de pensamento dominantes no seu tempo e ordem de forças da época; entrelaçando e justificando, portanto, a expansão imperialista das potências europeias do final do século XIX e início do XX, o que foi chamada por Flint (2006, apud TEIXEIRA, 2017) de “pano de fundo” sobre o qual os primeiros estudos geopolíticos se desenvolveram. Para atingir esse objetivo, o artigo se valerá de uma Revisão da bibliografia do campo, explorando nomes ligados a escola clássica e crítica de Geopolítica, comentadores e autores de “manuais” da área. A estrutura do trabalho se iniciará com a inserção da Geopolítica no debate metodológico das ciências e partindo para uma exploração dos autores mais atuais da Geopolítica, até a investigação da tradição geopolítica germânica em si e a eventual expansão ontoepistêmica da disciplina nos últimos anos.

109

Metodologia e contextualização epistêmica

Há um debate maior sobre a forma de se produzir conhecimento válido nas Ciências Sociais, a partir um ponto de vista ontológico, ou seja, tanto em relação à definição da natureza da realidade social e seus agentes, como epistemológico, referente ao modo de apreensão e categorização do funcionamento da





realidade e seus fenômenos. Partindo dessa divisão, de acordo com Campos (2015), pode-se traçar duas abordagens diametralmente opostas nas Ciências Sociais. De um lado, o Positivismo, que, enquanto corrente de pensamento, tem como marco o trabalho de Auguste Comte (1798-1857), e as bases de sua nova ciência da sociedade, cujo objetivo era estudar, a partir dos métodos das Ciências Naturais, as leis que regem os fenômenos da “física social” (SILVINO, 2007). Da sua definição de Sociologia, pode-se abstrair alguns princípios básicos do Positivismo como abordagem científica e escola filosófica que serão seguidas até hoje (BRAGA, 2013): a crença em uma *unidade metodológica* entre as ciências, a distinção entre fatos e valores (*neutralidade axiológica*) e a existência de regularidades que podem ser validadas via observação e experimentação (*método empírico*).

Embora existam diferenças entre o pensamento comtiano e a tradição atual, já maturada pela revisão de seus princípios por diversos autores, a exemplo da Karl Popper e a sua crítica à lógica indutivista nos anos 1980 (SCHMIDT; SANTOS, 2007), alguns fundamentos basilares, como a neutralidade axiológica e a 110
pressuposição da realidade social enquanto um conjunto de fenômenos objetivos - independentes do ponto de vista do observador - e regulares, seguem sendo a pedra de toque das teorias positivistas modernas. Por outro lado, o Interpretativismo², concepção de ciência que ganha cada vez mais espaço nas academias, propõe pressupostos antagônicos à tradição dominante. No que tange aos seus preceitos ontológicos, teorias de caráter interpretativistas tendem a rechaçar uma natureza objetiva da realidade, destacando a sua subjetividade e baixa (ou nenhuma) regularidade, no qual a apreensão de leis de caráter geral se torna uma tarefa impossível. Outro ponto central da sua argumentação, em relação a seu posicionamento epistêmico, diz respeito a impossibilidade da separação completa dos valores do pesquisador do seu objeto de estudo, já que a própria atividade científica e a escolha do problema de pesquisa já implicam tomadas de decisão valorativas. Não obstante, o pensamento interpretativista toma como impossível a tentativa de revelar padrões sociais de caráter universal e atemporal, reconhecendo que todo conhecimento não está apenas fardado a descrever a sua realidade contextual, mas é também condicionada por ela e faz parte da

²Utiliza-se aqui a terminologia de Campos (2015). Em Braga (2013), Nogueira e Messari (2005), Keohane (1988) e Toledo (2020), a tradição interpretativista aparece como Pós-positivista, Reflexista ou Pós-estruturalista, a depender do enfoque dado.





sua construção, não sendo o pesquisador apenas um observador neutro apartado da realidade social, o que não permite uma associação imediata dos métodos das Ciências Naturais as Ciências Sociais.

Cabe destacar que o Positivismo Comtiano, enquanto escola de pensamento, não propõe apenas uma Filosofia da Ciência, mas a crença de que o progresso científico é a solução para as mazelas humanas e sociais, sendo o motor principal para o progresso da humanidade (SILVINO, 2007). Essa ideia em relação ao progresso humano influenciou grande parte do pensamento europeu no século XX e se expandiu para fora da França de Comte, chegando a Inglaterra com intelectuais como J. Stuart Mill e Herbert Spencer, Ernst Haeckel e Jacob Moleschott na Alemanha e praticamente todo o movimento Naturalista durante o século XIX e XX.

O Cenário dos Estudos atuais e os clássicos

111

A parte de alguns geo-estrategistas como Zbigniew Brzezinski (2016) e Nicholas J. Spykman (1944), ou acadêmicos como o brasileiro Leonel Itaussú (1999 apud VILLA, 2000), que buscaram adaptar ou ao máximo reformular³ a visão de mundo dos autores clássicos ao contexto internacional de sua época; todos os teóricos dispostos a pensar a Geopolítica depois da sua associação a expansão nazifascista, tomam como ponto de partida os trabalhos de teóricos como Mackinder, Haushofer ou Kjellén para criticar e ampliar a teses dos primeiros estudos da disciplina.

Vesentini (2005) e Junior (2011), compiladores da história da Geopolítica, dão destaque a importância das formulações clássicas do campo para os rumos dos conflitos imperialistas europeus da metade do século XIX e início do século XX; seja pelas interpretações da política internacional formuladas por seus teóricos, ou pela sua influência nas decisões de política externa de Estados como Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, sendo nítido, por exemplo, a conexão dos pensadores clássicos da Geopolítica com a própria atividade política de forma direta (Kjellén, Mackinder) ou indireta (Ratzel, Haushofer, T. Mahan).

³ Como é o caso da Teoria do *Rimland* de Spykman, uma clara inversão da Teoria da *Heartland* mackinderiana.





Cabe destacar o trabalho de Vesentini (2005) de descaracterizar a Geopolítica enquanto ciência autônoma e, negando a famosa frase do geógrafo francês Yves Lacoste, da qual “a geopolítica é a verdadeira geografia, a geografia fundamental” (1988 apud VESENTINI, 2005, p. 11), afirma que a Geopolítica se configura como um campo de estudos de problemática(s) interdisciplinar(es). Tal definição permite comportar os diversos corpos teóricos e analíticos chamados pela academia de trabalhos de Geopolítica (Geopolítica Clássica, Geopolítica Crítica, Geopolítica Neoclássica, Geopolítica Ambiental, Geopolítica Energética, Geopolítica Econômica) a partir de uma definição ampla da disciplina. Por outro lado, embora Vesentini (1997) discuta a importância histórica da disciplina até sua eventual crise no final da década de 1980, circunscrevendo a disciplina enquanto um conhecimento variável no espaço e no tempo, o autor simplifica as teorias clássicas ao reduzi-la a seu objeto de estudo (o debate sobre a definição de potência mundial e sua manutenção) sem propor uma análise aprofundada sobre a Teoria do Estado (ou a falta dela) definida por autores como Ratzel e Kjellén. Dos compiladores da trajetória da Geopolítica, vale citar o trabalho de Costa (2020), por propor uma análise da evolução dos estudos da Geografia Política e da Geopolítica enquanto campos que formulam discursos e, conseqüentemente, interpretações da política internacional (2011, p. 11) ligadas a Estados-nacionais específicos e não formuladores de “leis gerais” de caráter universal.

112

Conjuntamente com os escritores de “manuais” geopolíticos, destaca-se o trabalho de acadêmicos que buscam comentar e discutir a obra de autores clássicos; Amusquivar et al (2018) trataram de observar o nascimento e uso da geopolítica enquanto conceito que expressa um conteúdo histórico e político, tendo como corte temporal o primeiro uso do termo com Rudolf Kjellén, até sua utilização na Segunda Guerra Mundial com o alemão Karl Haushofer. Já Arcassa (2017), ao analisar a importância de Friedrich Ratzel para a história da Geografia e da Geografia Política, consegue identificar como o pensador utilizará de preceitos da teoria darwinista, do evolucionismo e do positivismo científico para justificar a formação de um novo campo científico, tentando identificar as leis universais que regem o comportamento dos Estados enquanto forma de organização sociopolítica das sociedades “superiores”, mesclando assim positivismo e evolucionismo.

Toledo (2020), denominará essa tradição ontoepistemológica ratzeriana da disciplina de *epistemologia alemã*, enquanto Baracuh (2021) diferenciará entre as teses formuladas por Ratzel, Kjellén e





Haushofer de Geopolítica Alemã e as de Mahan, H. Mackinder e Spykman de Geopolítica Anglo-saxã⁴. Embora tal divisão espacial da geopolítica clássica nos permita destacar padrões entre autores de origens semelhantes, as fronteiras entre a tradição germânica e anglo-saxã são difusas, com ambas adquirindo importância para além dos seus Estados-nações e influenciando uma à outra. Neste trabalho, utilizando da terminologia de Baracuhy, se dará destaque maior a tradição germânica da Geopolítica, justamente pelo fato de a mesma ter fundado, com Ratzel e Kjellén, a Geografia Política e a Geopolítica enquanto termos, tendo sido o ponto de partida sobre as quais todas as outras escolas, seja a inglesa de base mackinderiana ou a Geografia Francesa, de nomes como Camille Vallaux e Vidal de La Blache, formularam suas teses.

Por fim, cabe destacar o artigo de Pezarat Correia (2012), por propor uma análise singular das formulações teóricas iniciais não como trabalhos de Geopolítica, mas como exemplos de *formulações geoestratégicas*, comprometidas não com uma análise científica das constantes geográficas que influenciariam o desenvolvimento de uma nação, mas em justificar políticas expansionistas de grandes 113 potências por via militar (2012, p. 237).

A formação da Geopolítica enquanto Ciência

Não se pode separar o surgimento da Geopolítica de outros campos da Geografia Humana e, em especial, da Geografia Política. Nesse sentido, os trabalhos do alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), *Antropogeografia* (1882) e *Geografia Política* (1897) são um ponto de partida para os estudos de ambas áreas. Suas concepções teóricas são, primeiramente, um reflexo da sua formação acadêmica. Ratzel, antes de entrar na Geografia, iniciou seus estudos nos campos da Farmácia e Zoologia na universidade de Heidelberg, onde entrou em contato com naturalistas como Moritz Wagner (1813-1887) e Ernst Haeckel (1834-1919), sendo esse um dos maiores responsáveis pela divulgação e popularização da obra de Charles Darwin nas universidades alemãs. A partir daí, Ratzel formaria uma visão naturalista de bases organicista e

⁴ Baracuhy atribui uma continuidade a segunda corrente até os tempos atuais, onde a Geopolítica Anglo-saxã se torna base da chamada *Geopolítica Neoclássica* (2021, p. 23).





darwinista, em voga na época, chegando mesmo a publicar trabalhos tanto na Zoologia quanto na Biogeografia, que serviriam de bases para suas teses geopolíticas futuramente (COSTA, 2011).

Em seu primeiro livro voltado a Geografia Humana, *Anthropogeographie* (1882), Ratzel toma para si o trabalho de analisar a influência do ambiente físico como condicionante primordial do homem e as sociedades em seus mais diferentes níveis, da mesma forma que Darwin analisara a importância do meio natural para a sobrevivência do mais apto. Partindo dessa questão central, Ratzel formula sua tese mais conhecida: a de que o homem é produto, antes de tudo, de seu ambiente, sendo está uma variável que molda todo o contexto social de uma determinada sociedade.

Esse determinismo geográfico das relações sociais faz o geógrafo alemão distinguir duas categorias de sociedade diametralmente opostas em um espectro evolucionista (CLAVAL, 2011 apud ARCASSA, 2017, p. 106): os Povos de Natureza (*Naturvölker*), presos em uma espécie de estado de natureza e submetidos ao meio físico de habitação e completamente condicionados a ele; e os Povos de Cultura (*Kulturvölker*), sociedades avançadas em que as capacidades técnicas-científicas permitiram a *superação do determinismo geográfico que condiciona as sociedades primitivas*. 114

Ratzel concebe, dessa forma, o Estado Moderno enquanto característica principal dos Povos de Cultura, modelo de organização social que permite o controle e administração do espaço físico, fugindo das suas determinações. Assim, a Geografia Política é formulada pelo alemão como uma ciência das sociedades superiores, da qual se abstrai como objeto de estudo o Estado enquanto organismo espacial, qualidade *sine qua non* e passível de investigação aos moldes do Positivismo Científico.

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação etc., considera-se, entretanto, como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstraí-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro (RATZEL, 2011, p. 1).

Arcassa (2017), ao analisar as obras de Ratzel, notara que, da 1ª edição de Antropogeografia para a 2ª, o determinismo geográfico adquire um caráter menos dogmático, levando em consideração também as variáveis histórico-culturais para o desenvolvimento da sociedade; Costa (2020) corrobora com essa visão





ao explicitar que o determinismo ratzeliano não é um determinismo estreito, mas apenas uma “base” para o desenvolvimento do Estado.

A definição do Estado enquanto questão central da Geografia Política e da Geopolítica⁵ traz à tona os dois principais preceitos da Geopolítica Clássica: seu caráter *estadocêntrico* e *organicista*. A eleição do Estado Moderno enquanto objeto privilegiado da disciplina é, antes de tudo, fruto da influência de outro prussiano, Hegel; no qual sua leitura do ente estatal enquanto realização do absoluto pela história (TROTТА, 2009), impactou todo o pensamento alemão no século XIX. Além disso, por ser um ente dinâmico e em constante mudança, ora perdendo ou adquirindo territórios, população e recursos (ARCASSA, 2017), seu comportamento seria, por analogia, como a de um organismo, sempre em busca da sua sobrevivência e crescimento para a maximização dos seus recursos e bem-estar.

Nesse sentido, outro teórico que marca a história da Geopolítica, o sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), com base nas obras de Ratzel, partira de uma definição semelhante de Estado, enquanto uma unidade possuidora de um corpo e uma alma que fazem alusão, respectivamente, ao seu território e sua consciência enquanto nação (AMUSQUIVAR *et al*, 2018). Tratava-se não apenas de um unitarismo natural ao organismo estatal, mas de um condicionamento ao solo e ao seu meio físico, onde ele deve suprir suas necessidades e, como todo ser vivo, cumprir seu ciclo de desenvolvimento: crescimento, declínio e morte. 115

Segundo esta visão, todas as atividades humanas estão tomadas por dinâmicas vitais, biológicas, orgânicas, políticas, sendo as construções culturais, econômicas e políticas regidas pelos mesmos princípios de crescimento, de declínio e de decomposição que as plantas (ARCASSA, 2017, p. 103).

A sobreposição da lógica de sobrevivência darwiniana aplicada às relações entre Estados no pensamento de Ratzel e Kjellén enraizaram, acima de tudo, a naturalização da ideia de uma “seleção natural política”, na qual a competição por espaço e recursos faria prevalecer os organismos mais fortes em detrimento dos mais fracos (ÉRIKA *et al*, 2018). Daí a afirmação de Arcassa (2017), de que o conflito interestatal, na concepção Geopolítica Clássica, legitima-se como direito natural, aos moldes hobbesianos;

⁵ A divisão entre ambos termos é presente nos trabalhos de Vesentini (2005), Correia (2012) e Amusquivar *et al* (2018). Se seguirá com a posição de Costa (2020) de usá-los indiscriminadamente, sendo esse debate irrelevante para o trabalho.





uma vez que, nas palavras de Ratzel, todo Estado que visa seu bem-estar deve sempre buscar a maior extensão territorial possível, evitando ameaças a sua existência, sendo que todo organismo estatal que perde território está, na verdade, no começo de seu fim (RATZEL, 2011).

Os teóricos da Geografia Política e da Geopolítica que se seguiram ao longo da primeira metade do século XX pouco fizeram para mudar suas bases ontoepistemológicas de caráter estadocêntrico e organicista. Halford Mackinder (1864-1947), de trajetória semelhante à de Ratzel, passando pela Zoologia antes de migrar para a História e a Geografia, elevou o debate sobre o determinismo geográfico a nível global, historicizando o conceito ao afirmar que a luta pela supremacia entre organismos estatais de natureza marítima e aqueles de natureza terrestre é um dos maiores condicionantes da história mundial (VILLA, 2000).

Foi a partir do trabalho do General alemão Karl Haushofer que a Geopolítica Clássica atingiu uma espécie de institucionalização enquanto campo do saber, por meio da Escola de Munique, graças à 116 publicação da Revista de Geopolítica (*Zeitschrift für Geopolitik*), que circulou na Alemanha entre 1924 a 1944 (VESENTINI, 2005). Haushofer e outros colaboradores da revista buscaram uma análise do cenário alemão na década de 20 e 30 a partir do corpo conceitual de Ratzel, Kjellén e Mackinder (AMUSQUIVAR *et al*, 2018), sendo a nova república alemã um Estado fragilizado por conta das perdas territoriais que sofreu durante os tratados que marcaram o fim da Grande Guerra, sendo necessária uma reação do Estado alemão frente ao seu fim enquanto organismo político vivo, utilizando os conceitos de Ratzel.

Cabe destacar duas exceções a essa tradição: os franceses Camille Vallaux, um dos primeiros sistematizadores do trabalho de Ratzel, anti-organicista e crítico da unidade metodológica entre a Geografia Política e a Biologia (COSTA, 2017), e Vidal de la Blache, que se por um lado também surge como um crítico do naturalismo, a sua figura como fundador de uma escola “possibilista” em contraposição ao determinismo geográfico formou uma falsa dicotomia entre ambos até hoje reproduzida. (CAMPOS, 2014).

Uma análise mais profunda da produção teórica dos autores da tradição anglo-saxã demonstra a escolha do positivismo enquanto modelo ontoepistemológico para sua produção teórica, de acordo com as tendências dos centros acadêmicos europeus da época. A unidade metodológica das ciências é um dos principais pontos que liga os preceitos do Positivismo com a produção Geopolítica Clássica, com a associação dos processos biológicos aos processos sociais e políticos, como se ambos fossem uma mesma realidade





objetiva, que se comporta de forma única, anterior ao pesquisador, dotada de regularidades e passível de investigação científica, a partir da formulação de leis gerais que decodificam tais padrões.

Um exemplo disso é a noção de Espaço-Vital (*Lebensraum*), conceito-chave da teoria ratzeliana, que alude ao território ocupado por um povo pelo qual ocorre o "comércio" desse organismo político com seu próprio solo, base para o seu desenvolvimento (RATZEL, 2011). Tal desenvolvimento do organismo estatal, inclusive, se dá a partir de sete leis gerais formuladas pelo alemão (ARCASSA, 2017): (i) o espaço dos Estados aumenta com o crescimento da cultura; (ii) o crescimento dos Estados apresenta sintomas de desenvolvimento cultural, ideias, produção comercial e industrial, etc., os quais precedem necessariamente a expansão efetiva do Estado; (iii) o crescimento dos Estados verifica-se pela gradual integração e coerência de pequenas unidades, mediante a amalgamação e a absorção de elementos menores; (iv) a fronteira é o órgão periférico do Estado, e, como tal, a prova de crescimento estatal; é a força e as mudanças desse organismo; (v) em seu crescimento o Estado tende a incluir seções politicamente valiosas, como os rios, as linhas de costa, as planícies e outras regiões ricas em recursos; (vi) o primeiro impulso para o crescimento territorial chega ao Estado primitivo vindo de fora, de uma civilização superior; (vii) A orientação geral para a conexão territorial transmite a tendência de crescimento territorial de espaço em espaço, incrementando sua identidade. Dessa maneira, Ratzel identifica padrões universais e atemporais que permitem a investigação científica dos países, o "organismo" produzido pelas sociedades superiores, vital para se identificar o crescimento e fortalecimento da identidade nacional e da economia de um Estado; sobre isso, escreve Arcassa (2017, p. 107): "Suas referências o situam dentro do positivismo: de fato, sua obra representa uma tentativa de dotar de base científica — teoria, leis, previsibilidade — o comportamento espacial das sociedades e dos corpos políticos."

117

Haushofer (2012), seguindo os passos de Ratzel e Kjellén, toma para si o trabalho de investigar os fundamentos geográficos necessários para a condução de uma política externa efetiva, ou seja, a política necessária para a sua sobrevivência enquanto organismo: a manutenção e, se possível, expansão do seu Espaço-Vital a vias de garantir sua cultura, sua independência econômica e seu poder. Nessa lógica, Haushofer enxergava o crescimento da identidade de um povo dentro de um espaço cultural (*Kulturboden*), no qual sua ampliação precede necessariamente a ampliação do Espaço-Vital, com vias a buscar o desenvolvimento máximo da cultura de um povo (*Kulturentwicklung*). A partir desse referencial teórico,





Haushofer destaca dois Estados que não possuem um Espaço-Vital capaz de comportar seu espaço cultural: Alemanha e Japão; fardados a decadência enquanto organismos, enquanto povos sem espaço (*Volks ohne Raum*).

As críticas ao cientificismo da Geopolítica Clássica e sua ampliação ontoepistemológica

O primeiro ponto que merece atenção na tentativa da Geopolítica de se firmar como ciência é justamente a sua neutralidade axiológica e a separação do pesquisador e seu objeto de estudo ou, no caso, a falta dela. Pode-se considerar esse ponto como uma das críticas mais exaustivas feitas à Geografia Política e à Geopolítica, encontrada já na primeira metade do século XX em autores como Camille Vallaux (COSTA, 2020, p. 50) e Vidal de la Blache (CAMPOS, 2014) em relação aos estudos de Ratzel. Daí a afirmação de Vesentini (2005, p. 12) de que as teorias Geopolíticas Clássicas seriam, antes de tudo, *Geopolíticas Nacionais*, que se propunham ser “guias para a ação” dos Estados ou, de acordo com Correia (2012), verdadeiras construções teóricas geoestratégicas que buscaram a conscientização dos tomadores de decisão das potencialidades, riscos e necessidades geográficas de seu Estado.

118

As afirmações de Correia e Vesentini se provam verossímeis ao se atentar que Ratzel, o pai da Geografia Política, participou amplamente dos debates de sua época sobre a formação de um império colonial alemão, sendo membro fundador do Comitê Colonial (*KolonialVerein*), chegando a escrever, em 1898, o livro Alemanha - introdução a uma ciência do país natal (*Deutschland, Einführung in die Heimatkunde*) cuja função foi compreender “cientificamente” as leis objetivas do desenvolvimento geográfico do seu país (DEFARGES, 2003 apud ARCASSA, 2017, p. 103). Nesse sentido, as intenções de Ratzel se fazem claras quando ele declara, na sua principal obra Geografia Política, a sua tentativa de despertar nos “homens de Estado pragmáticos” uma espécie de “senso geográfico”, assim como a apreensão de uma “consciência geográfica” por parte da sociedade (COSTA, 2020).

Rudolf Kjellén, Mackinder e Mahan foram teóricos que seguiram o exemplo de Ratzel ao tentar imprimir nas suas teorias discursos e recomendações de caráter geográfico a seus Estados-Nações. Enquanto Kjellén propõe uma análise do papel da Suécia na conjuntura regional (AMUSQUIVAR *et al*, 2018); Mackinder





introduz sua teoria da *Heartland* justamente no contexto do “Grande Jogo” geopolítico entre Reino Unido e Rússia (CORREIA, 2012), enquanto um esforço intelectual para evitar que o poder terrestre russo alcançasse e solapasse a hegemonia britânica dos mares; e o general americano Mahan, ao analisar a importância dos oceanos e mares para a manutenção da hegemonia global, buscou traçar uma geoestratégia americana que tirasse proveito dos territórios (e dos pontos de contato com o mar) adquiridos no contexto do Destino Manifesto americano, o que explica sua maior importância como “conselheiro do príncipe” do que como teórico-acadêmico (VESENTINI, 2005, p. 18). Até mesmo Vidal de la Blache, assíduo crítico do viés germanista de Ratzel, pontua em seus escritos não apenas uma apologia ao colonialismo francês, mas a justificativa da posse francesa de Alsácia-Lorena (CORREIA, 2012), território chave na disputa imperial franco-germânica.

Ademais, é no envolvimento do general Haushofer com as políticas do Terceiro *Reich* que se encontram as maiores críticas a Geopolítica. Isso ocorre não apenas pelo seu envolvimento como intelectual público, mas como amigo de família e espécie de mentor intelectual de Rudolf Hess, que ocupou o cargo de *vice-führer* da Alemanha no período do terceiro *reich* (AMUSQUIVAR *et al*, 2018). Embora tenha tido atritos com o regime nazista nos anos finais do regime, Haushofer imprimiu suas formulações sobre o lugar da Alemanha no mundo no inconsciente coletivo alemão, seja pela sua figura pública ou pela sua voz dentro do partido nazista por meio de Hess. Em 1946, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o *backslash* ao general alemão pela sua contribuição pelo expansionismo nazifascista, Haushofer se suicida deixando uma “carta-testamento” apelidada de “Uma Apologia da Geopolítica”, na qual isenta a disciplina de qualquer envolvimento com o nazifascismo e afirmar que estava apenas fazendo ciência com o método americano (VESENTINI, 2005, p. 22).

Outros pontos centrais da Geopolítica Clássica é a eleição do Estado enquanto objeto privilegiado de investigação e a unidade metodológica e ontológica entre as ciências. O estadocentrismo é uma ideia enraizada já no próprio conceito de Geografia Política de Ratzel e serve como um discurso de *naturalização* e legitimação do Estado enquanto único agente monopolizador do controle e organização da vida social e política. Isso produz uma espécie de “coisificação do Estado” justamente pela falta de uma teoria do Estado que garanta sua contextualização enquanto agente histórico e imbuído de contradições dentro da sua historicidade (COSTA, 2020, p. 20). Essa concepção vai além ao compreendê-lo apenas como organismo biológico, mas como um ente espiritual, que garante e representa a conexão de uma sociedade





com o seu território e, portanto, estabelece uma conexão no qual o primeiro adquire uma dependência do Estado enquanto protetor da unidade e do solo nacional.

O que se pode concluir dessa concepção de Ratzel, portanto, é que a sua matriz conservadora e autoritária não estaria simplesmente no fato de que ela sobrepõe condicionantes naturais aos processos sociais e políticos, mas justamente na ideia subjacente de um Estado forte, centralizador e “posto por cima” da sociedade, [...] (COSTA, 20, p. 36).

Raffestin, em *Por uma Geografia do Poder* (1993 apud BOAS, 2015), denominara a Geografia Política Clássica de Geografia do Estado, pela intenção ratzeliana de analisar a esfera do poder enquanto característica única do Estado-Nação. Dessa forma, Raffestin parte de uma concepção foucaultiana das relações entre poder e ciência, no qual o conhecimento, mais do que mera descrição de leis de causalidade objetivas (à moda positivista), é produto de um determinado regime de poder, que tende a ser operacionalizada por ele para a sua justificativa (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). 120

De forma semelhante, podemos falar que a Geopolítica Clássica era, confirmando as teses de Yves Lacoste (COSTA, 2020), antes de tudo, uma produção de conhecimento interessada, que tinha como objetivo a legitimação e naturalização do *power politics* por meio da sua associação a processos biológicos e naturais; sendo o Estado representante de formas sociais mais elevadas, portador de um direito natural de expandir-se territorialmente para garantir a segurança do seu espaço-vital, a continuidade cultural de seu povo e do próprio progresso da nação, uma clara apologia aos conflitos interestatais e de colonização do período.

Os rumos da disciplina após o fim da década de 1940 apresentaram continuidades difusas: se uma produção geopolítica semelhante aos estudos clássicos continuou sendo formulada no cone sul, em especial no Brasil, Argentina e Chile (que formaram escolas geopolíticas), predominantemente em meios militares (TOLEDO, 2020), nos principais centros acadêmicos, a geopolítica se tornou sinônimo da expansão nazifascista. Além disso, já na década de 1950, surgem tentativas de ampliar o escopo da Geopolítica para além da base epistemológica germânica; Josué de Castro, em seu livro *A Geopolítica da Fome*, trata de definir a Geopolítica enquanto método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos na sua realidade espacial (1955 apud CORREIA, 2012), expandindo o escopo da disciplina para abarcar fenômenos políticos para além do Estado-nação enquanto organismo.





Apenas nas décadas de 1970, 1980 e 1990 que houve condições para um reavivamento da Geopolítica, com as memórias dos horrores da Segunda Guerra Mundial mais distantes e mudanças concretas da realidade internacional que permitiram, por um lado, a primeira aparição de uma Geopolítica “Crítica” em relação às teses clássicas, centradas nos escritos de Yves Lacoste e da publicação da revista *Hérodote* na França (VESENTINI, 2005), e por outro, o desmoronamento do bloco socialista, o fortalecimento da globalização capitalista e a terceira revolução industrial, novo modelo técnico-produtivo que teve como símbolo a ascensão do Japão e da Alemanha no cenário internacional. Esses fatores deslocaram a associação clássica do desenvolvimento nacional atrelada a expansão geográfico-militar para o enfoque no progresso técnico-científico, no qual o Estado e seu aparato militar não são mais os únicos atores legítimos, mas a sociedade civil, com a predominância das empresas privadas, Universidades e Organizações Internacionais (Governamentais e Não Governamentais) como propulsoras desse movimento.

Dessa forma, ainda no fim do século XX, a influência dessa mudança de paradigma pode ser sentida na Geopolítica. Em um primeiro momento, por meio da difusão de um pensamento liberal que questionará a centralidade do Estado enquanto único autor legítimo da política internacional, promovendo uma espécie de desestatização da disciplina (COSTA, 2020). Na mesma linha de raciocínio, pensadores como Luttwak e Thurow trarão para o debate a esfera econômica dos conflitos, enquanto uma submissão da Geopolítica às regras da Geoeconomia, promovendo uma ampliação ontológica na disciplina e colocando em consideração variáveis geográfico-econômicas como explicativas dos fenômenos políticos. Tal ampliação toma diversas implicações (VESENTINI, 2015): desde Fukuyama a Kenichi Ohmae e John Naisbitt, que terão uma visão positiva da globalização, a Luttwak e Thurow, que trarão o debate do conflito estatal para as regras da “gramática comercial”, e autores como Wallenstein, que enfatizaram a disparidade técnico-econômica entre norte e sul como mecanismo primário dos conflitos internacionais

Por fim, os estudos críticos de autores como Raffestin e Lacoste na década de 1970 serviram como o pontapé inicial para a Geopolítica Crítica moderna, enquanto uma tentativa de desconstruir as teses dos estudos clássicos como discursos e práticas que (re) produziam “representações” da política mundial e suas vinculações com o espaço (TOLEDO, 2010). Assim, a Geopolítica Crítica atual possui base Pós-estruturalista, no qual a realidade não é apenas um objeto dado, mas produto dos próprios “códigos geopolíticos” criados





pelos discursos da disciplina (FLINT, 2006 apud TOLEDO, 2020)⁶; sendo tais códigos carregados de significados que determinarão a análise estratégica das potenciais ameaças para além da esfera doméstica. Cada código produzido pode ser local, regional ou mundial, a exemplos de conceitos como Entorno Regional Estratégico, *Rimland*, ou *HeartLand*, que ditam as interpretações do contexto mundial e são, principalmente, símbolos mutáveis de acordo com as mudanças da realidade social e dos discursos. O'Tuathail e Dalby (1998 apud TOLEDO, 2020) classificam as origens discursivas das teorias Geopolíticas como possuindo três frentes: a Geopolítica Popular, que produz discursos através dos meios de comunicação em massa, a Geopolítica Prática, que produz discursos por meio da comunicação e atuação da burocracia encarregada da política exterior de um país, além de Instituições Políticas; e a Geopolítica Formal, de matriz acadêmica e produzida nas universidades, centros de estudos estratégicos e *Think Tanks*.

A atuação de autores clássicos da disciplina, utilizando-se dos conceitos da Geopolítica Crítica, operou na produção de discursos de diferentes origens para a criação de uma representação geopolítica de si e dos outros. Isso ocorreu seja por meio de revistas populares, como a encabeçada por Haushofer na década de 30 na Alemanha, na atuação de nomes como Ratzel, Mackinder e Kjellén na burocracia estatal e militar, ou na divulgação de suas teorias nos meios acadêmicos e estratégicos, fomentando a imaginação geopolítica e a visão de mundo das grandes potências no início do século XX.

122

Considerações Finais

Este trabalho não teve como objetivo homogeneizar ou esgotar todas as críticas à Geopolítica Clássica e sua tentativa de se firmar enquanto uma ciência positivista, mas indicar as bases ontoepistemológicas sobre o qual a produção teórica de autores como Ratzel, Kjellén e Mackinder firmou-se e apontar suas inconsistências, seja pela reprodução de teses evolucionistas e darwinistas, ou pela sua atuação em ditar o comportamento e visão de mundo dos seus Estados a partir de uma roupagem neutra. Nesse sentido, fica

⁶ Pode-se dizer que a Geopolítica Crítica seria uma espécie de *Metateoria* por reinterpretar o papel da produção teórica enquanto discursos formadores de representações.





nítido que o nascimento da Geopolítica e da Geografia Política está ligado ao seu tempo, não apenas na sua relação com o contexto internacional da época, mas pela apropriação do modo de fazer ciência em voga, nomeadamente, o Darwinismo Social e o Positivismo, escancarando um período da história no qual o progresso social visionado pela Filosofia Positivista convivia com o enraizamento de ideias racistas e evolucionistas nos grandes centros acadêmicos, cabendo as civilizações superiores, ou *Kulturvölker*, nas palavras de Ratzel, carregar o fardo desse progresso.

Fica a possibilidade de se analisar a produção clássica da Geografia Política e da Geopolítica por dois outros prismas: o Feminismo e a ótica do gênero, e as teorias Pós-coloniais e a ótica da colonialidade, que podem contribuir para a análise sobre a produção clássica (europeia, masculina e de marcadores raciais claros) e seu papel na história da Geografia Humana e das Ciências Sociais.

Referências

123

AMUSQUIVAR, Érika Laurinda. DOS PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. A Gênese da geopolítica e a sua difusão na história mundial. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 5, n. 1, p. 19-40, jan./jun. 2018.

ARCASSA, Wesley de Souza. Friedrich Ratzel: a importância de um clássico. *Geographia Opportuno Tempore*, v. 3, n. 1, p. 98-115, 2017.

BARACUHY, Braz. Os fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília: FUNAG, 2021.

BOAS, Lucas Guedes Vilas. "Por uma Geografia do Poder", de Claude Raffestin. *Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 116-122, jan./jun. 2015.

BRAGA, Nathalia Rocha Carneiro Ferraz. perspectivas positivistas e pós positivistas nas relações internacionais: as divergências epistemológicas levariam a distinções em seu modo de fazer ciência?. *Pólemos*, Brasília, v. 2, n. 4, dez. 2013.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. 2. ed. Basic Books, 2016.





CAMPOS, Cinthia Regina. O Labirinto Metodológico das Relações Internacionais: Dilemas e Potenciais Saídas. *Revista Política Hoje*, v. 24, n. 2, p. 47-72. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/issue/view/722>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Visão de Vidal de La Blache a respeito de Friedrich Ratzel. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 419-432, set./dez. 2014.

CORREIA, Pedro de Pezarat. Geopolítica e Geoestratégia. *Nação e Defesa*, v. 5, n. 131, p. 229-246. 2012.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

HAUSHOFER, Karl. *Los fundamentos geográficos de la política exterior. Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 3, n. 2, p. 329-336, 2012.

JUNIOR TEIXEIRA, Augusto W. M. Conceitos e fundamentos da geopolítica. *In: JUNIOR TEIXEIRA, Augusto W. M. Geopolítica: Dos pensamentos clássicos aos conflitos contemporâneos*. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. 124

KEOHANE, Robert O. *Two Approaches. International Studies Quarterly*, v. 32, n. , p. 379-396, dez. 1988.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RATZEL, Friedrich. (2011). O SOLO, A SOCIEDADE E O ESTADO. *Revista Do Departamento De Geografia*, 2, 93-101. <https://doi.org/10.7154/RDG.1983.0002.0008>. Acesso em: 15 agosto 2024.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. O Pensamento Epistemológico de Karl Popper. *ConTexto*, Porto Alegre, n. 11, v. 7. 2007.

SILVINO, Alexandre Magno Dias. Epistemologia Positivista: Qual a sua Influência hoje?. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 27, n. 2, p. 276-289, 2007.

SPYKMAN, Nicholas John. *The Geography of Peace*. 1. ed. New York: Harcourt Brace and Company, 1944.

TOLEDO, Lester Cabrera. *geopolítica crítica: alcances, límites y aportes para los estudios internacionales en sudamérica*. *Foro Internacional (FI)*. n. 1, p. 61-95. 2020.

TROTTA, Wellington. o pensamento político de Hegel à luz de sua filosofia do direito. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 32, v. 17, p. 9-31, fev. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/issue/view/1407>. Acesso em: 13 jun. 2022.





VESENTINI, José Willian. Novas geopolíticas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

VESENTINI, José Willian. O Apogeu e o Declínio da Geopolítica. Revista do Departamento de Geografia. n. 11, 1997.

VILLA, Rafael Duarte. Mackinder: repensando a política internacional contemporânea. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 14, p. 195-199, jun. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/issue/view/374>. Acesso em: 13 jun. 2022.

